



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 72ª
(SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 31 DE AGOSTO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, conforme o disposto no art. 109, inciso IV, do Regimento Interno, a Presidência vai suspender os trabalhos durante trinta minutos.

Faço um apelo aos Deputados para que se dirijam ao plenário para o início da sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h07min, a sessão é reaberta às 15h26min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, assessores aqui presentes, hoje venho a este plenário falar sobre o PDAF, que é o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Esse programa tem por objetivo dar autonomia às unidades escolares no que se refere a pequenos reparos e à melhoria das unidades de ensino do Distrito Federal.

Deputado Agaciel Maia, eu acredito que esse é um programa que acerta porque dá condição ao diretor da escola de fazer aquilo que ele e a comunidade escolar, que é definida pelo Conselho Escolar, acham que é importante para a melhoria da estrutura das escolas e centros educacionais aqui do Distrito Federal.

No entanto, eu gostaria de levantar uma preocupação, por meio de uma matéria que saiu num portal de notícia aqui do Distrito Federal dizendo que quase 70% das escolas que receberam recursos do PDAF não conseguiram prestar contas dos recursos recebidos pela Secretaria da Educação.

Isso me deixa muito preocupado porque a legislação que criou o PDAF – salvo engano foi um decreto do Governador Agnelo Queiroz; se eu estiver equivocado, peço que me corrijam – diz que, quando o diretor da escola não presta contas dos recursos que recebeu, quando a escola não presta contas, ela fica impedida de receber novos recursos.

Então, nós estamos apresentando um projeto de lei, Deputado Agaciel Maia, a exemplo do que aconteceu no município de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, que criou o projeto chamado Escola Transparente. Esse projeto permite que o diretor da escola preste contas, em um *site* específico que deve ser criado pela Secretaria de Educação, dos recursos que são colocados pelo PDAF.

Nós também, Deputado Chico Vigilante, vamos apresentar uma emenda à Lei Orgânica – e eu gostaria do apoio dos nobres Parlamentares para assinarem essa emenda –, para incluir nessa Lei a, entre aspas, “obrigação de prestar contas do recurso do PDAF”. Inclusive essa emenda à Lei Orgânica vai amparar o projeto de lei que foi batizado como Escola Transparente.

Só para deixar claro, esse projeto de lei tem como exemplo algo que aconteceu, repito, no município de Cuiabá, Deputado Joe Valle. Lá a controladoria do município propôs isso à Câmara de Vereadores, que aprovou por unanimidade, até mesmo por dar mais transparência às atividades da gestão pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Então, eu queria pedir o apoio dos nobres Parlamentares tanto na assinatura da emenda à Lei Orgânica como também na aprovação desse projeto.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Eu queria parabenizá-lo, Deputado Delmasso, pelo seu trabalho, e reforçar a importância disso complementando com algo sobre a questão da descentralização maior para os diretores.

Levando em consideração o seu projeto, que vai possibilitar completa fiscalização e transparência da execução do recurso na ponta, a descentralização se torna ainda mais imperativa e importante, ao fazer com que a Secretaria de Educação consiga executar recursos que cheguem na ponta para os alunos.

O que acontece hoje, com a centralização, Deputado Rafael Prudente, é que são poucos os recursos de arquitetos, engenheiros etc. para fazer todo o processo para todas as escolas. Na maioria das vezes, a execução não acontece, perdem-se os recursos, e a criança fica sem a cozinha, sem a quadra coberta.

Portanto, Deputado Delmasso, eu quero parabenizá-lo. Eu complementaria: forcemos mais a descentralização, para que os diretores tenham mais autonomia para utilizar o recurso e para que, inclusive, a Câmara Legislativa possa emendar. Eu tenho certeza de que vai se executar aquele processo lá. V.Exa. bem sabe, porque tem feito isso, tem trabalhado nessa forma de contribuir com o PDAF. Mas quero que nós possamos ser mais efetivos. Que a gente possa liberar e aprovar a lei do PDAF para descentralizar o recurso e colocá-lo na mão do gestor da escola junto com a Associação de Pais e Mestres, que eles, realmente, sabem o que fazer.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Joe Valle.

Antes de passar a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu quero, mais uma vez, Deputado Joe Valle, parabenizar, também, Deputados como V.Exa., o Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Chico Leite, que começaram esse debate, inclusive aportando recursos para o PDAF.

Quero dizer que, a exemplo da educação, nós podemos fazer o mesmo para a saúde, porque, da mesma forma que um diretor de escola sabe quais são as necessidades, quando ele pega um recurso do PDAF... Já foi comprovado isso, que a obra feita com o recurso do PDAF é mais barata do que uma obra licitada pelo Estado. É mais barata, gasta-se menos. Poderemos fazer da mesma forma para a saúde. Eu tenho certeza de que um diretor de centro de saúde sabe quais são as suas necessidades, e o mesmo projeto que é feito para as escolas deve, na minha avaliação, ser ampliado para a saúde.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) –
Deputado Delmasso, agradeço a V.Exa. e o parabenizo pelo discurso.

De fato, o PDAF foi algo absolutamente revolucionário.

Todo mundo sabe a aversão política que eu tenho em relação ao ex-Governador Arruda, mas, quando é feito algo de bom, isso tem que ser elogiado. Isso, talvez, tenha sido um dos legados do Governador Arruda, por quem eu não tenho a menor simpatia, mas tenho que elogiar o que é bom.

Veja, por exemplo, Deputado Delmasso, recentemente, foi aplicada a quantia de R\$1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais) de emendas parlamentares de nossa autoria no PDAF, com a execução de cinquenta obras ou pequenos reparos em escolas de seis regiões administrativas do Distrito Federal. Algo revolucionário. Recursos que aparentemente são poucos, mas R\$30.000,00 (trinta mil reais) que chegam para uma obra em uma escola são mais do que o que muita escola recebe durante um ano inteiro no PDAF.

Então, a gente tem, sim, que fortalecer, tem que criar mecanismos de flexibilização da prestação de contas sem, no entanto, perder o rigor da lei. Temos que investir nisso, e V.Exa. falou tudo.

Lá na saúde se chama PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde. O PDAF da saúde é o PDPAS.

No início do ano eu procurei o Secretário de Saúde e disse: “Vamos transformar o PDPAS também em unidade orçamentária, de modo que possa receber recurso nas sete regionais que foram implantadas, e ampliar esse recurso”.

Não sei se V.Exa. tem conhecimento, mas cada unidade de saúde só pode receber até R\$8.000,00 (oito mil reais). O que são R\$8.000,00 (oito mil reais) para o Hospital de Base? Nada. Então, a gente tem que abrir o leque, tem que ampliar a possibilidade de investimento. Nós temos certeza de que aqueles gestores locais aplicarão melhor esses recursos.

Parabenizo V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Eu acho que esse é o debate que nós devemos fazer aqui, principalmente para dar uma direção na solução dos problemas da saúde do Distrito Federal.

A descentralização desses recursos, para o gestor da unidade, requer duas coisas. Primeiro, o compromisso do gestor da unidade de executar aquilo de forma transparente, e segundo, que ele sofre na ponta, todos os dias, as necessidades.(*sic*)

Eu acredito que os gestores, tanto das unidades de saúde quanto das unidades de educação, não podem ser considerados despachantes de luxo, que fazem o encaminhamento para quem é devido, e esse encaminhamento se junta a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

milhares de outros, onde, sem prioridade, sem ordem cronológica, faz-se ou não se faz, não se atende às necessidades.

Quero solicitar ao nosso Secretário Legislativo, Dr. José Flávio, que peça ao Governador para mandar à Câmara Legislativa uma lei que regulamente, de fato, o PDAF. E digo ainda mais: com base na fala do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que da mesma forma regulamente o PDPAS. Para quê? Para que a gente possa descentralizar os recursos, melhorando o atendimento na ponta, que é disso que o cidadão necessita.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente Deputado Juarezão.

Aproveito aqui e vou usar esse espaço para alongar um pouco o discurso iniciado pelo nobre Deputado Delmasso. O Plano Distrital de Educação – PDE-DF, aprovado por esta Casa em julho do ano passado, previa, entre muitas coisas, a revisão da Lei de Gestão Democrática e a regulamentação do PDAF num prazo de até 180 dias. Foi o prazo dado pelo PDE para que o governo encaminhasse para cá essas duas normas regulamentadoras.

Centro e oitenta dias se passaram, já expirou há muito tempo, e o governo ainda não mandou. Tanto na lei da gestão democrática quanto na lei do PDAF nós fizemos nesta Casa e fora dela inúmeras audiências públicas, reuniões técnicas e debates, para que já chegasse aqui um projeto de lei enxuto. Esses debates aconteceram há muito tempo e até hoje o projeto de lei não chegou. E aí eu me pergunto por que a Secretaria de Educação e os órgãos competentes não encaminham esse projeto para cá? Afinal de contas, no final das contas, o debate se dará mesmo é nesta Casa.

Ainda para mostrar a morosidade da Secretaria de Educação em alguns aspectos, o Centro de Ensino Médio 10 do Setor P Sul lá na Ceilândia foi interditado porque corria risco de desabar devido a uma construção com projetos infraestruturais precários. Tiraram os alunos, eles são agora levados de ônibus para estudar a 10 quilômetros da escola, gerando uma série de transtornos. Até hoje,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Deputado Prof. Israel, a Secretaria de Educação não se manifestou sobre se a escola será implodida, se a escola será reformada, que diabos será feito com a escola.

Aí, gente, o Estado já é extremamente moroso e fica aqui a minha crítica. Não tem essa história de ser base de governo e engolir aquilo que você julga errado, não. Está tendo uma plena morosidade na Secretaria de Educação. Falta vontade política de ver a coisa ser resolvida, e eu, Deputada Luzia de Paula, não tenho paciência para morosidade, principalmente quando afeta os nossos estudantes, gerando transtornos desnecessários. Determinados processos ficam engavetados em uma mesa durante 120 dias! Aí o Estado não avança, o servidor público não contribui, alguém tem que... Como diz o Deputado Joe Valle: "Corrupção não é só você aplicar de forma equivocada o dinheiro público, não". Corrupção também é quando o dinheiro chega e você não aplica, trazendo prejuízos para a sociedade.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, quero aqui parabenizá-lo. Infelizmente nós temos que dar a mão à palmatória e perceber. Não é possível! V.Exa. está colocando a questão da nossa escola lá no P Sul que vem se arrastando, já há alguns anos, colocando em risco a vida dos alunos também ao transportá-los, deixando que muitos deles abandonem a escola porque fica difícil para eles. Parece que todo mundo coloca uma venda nos olhos e não percebe o que está acontecendo.

Eu costumo dizer que a burocracia é um pé de chumbo e que ela atrapalha e atrapalha muito. Quando não se tem a atenção à educação em que o custo é mínimo, depois vai se gastar rios de dinheiro levando os nossos meninos para o sistema prisional e, infelizmente, eles não se recuperam, não adianta, e aí? Nós vamos fazer aqui uma pergunta. De quem é a culpa? Quem é que vai assumir muitas vezes tanta deficiência e tantos problemas que ficam com a sociedade? O Estado deveria apenas com uma postura, se tivesse, resolver 100% da maioria dos problemas.

Obrigada e parabéns. Só pedi a palavra para parabenizá-lo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V.Exa. e deixo aqui um questionamento. Odeio levantar suspeições, mas o dinheiro gasto com o transporte para levar os alunos de uma região para a outra supera o dinheiro necessário para reconstruir a escola. Então, eu faço um questionamento: alguém de empresa de transportes está ganhando com isso? Por que nenhum administrador das contas de sua casa tomaria uma fórmula maluca dessas, ou seja, a impressão que a gente tem é que alguém está levando dinheiro por fora, o que me deixa ainda mais assustado com essa situação da política brasileira, mais um caso desse.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, quero também lhe parabenizar. Hoje, também estou muito satisfeito porque o debate está bem interessante e construtivo aqui.

Eu, como sempre, venho colocando a importância de termos plano de longo prazo para esse curto prazo da política, porque, Deputado Prof. Reginaldo Veras, quantas vezes V.Exa. já viu as coisas acontecerem? A gente acha que vai acontecer e, de repente, nada acontece; a gente perde o recurso, e as crianças continuam sem as estruturas, as instalações, todo o processo. A Câmara vota o orçamento, colocam-se as emendas, a emendas ficam disponíveis e as coisas não acontecem!

Então, eu quero lhe propor, primeiro, essa questão de trabalharmos muito nessa lei da descentralização para dar autonomia aos diretores, descentralizando o modelo de gestão, já que não conseguimos fazer um modelo de gestão mais adequado centralizado. Então, isso é uma revolução no processo. Revolucionar o processo! Segundo, que tenhamos uma ouvidoria com um tempo de resposta nas Secretarias e na Secretaria especialmente. Quando eu estava na Secretaria, tentei montar um processo – está montado lá – para que o cidadão pudesse entrar em contato e não precisasse ligar para o Deputado e o Deputado ligar para o Secretário. Porque isso vira uma coisa completamente viciosa, não é? É um processo de vício da população. Então, que haja esse processo da ligação direta, que haja o atendimento ou pelo menos uma resposta clara de prazo. Porque não dá para falar “não vai funcionar”, e quando vai funcionar? Quando é que a coisa vai começar a funcionar?

Então, eu quero lhe parabenizar por sua postura, seu trabalho e me solidarizar com o seu posicionamento.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Agradeço o aparte de V.Exa.

Deixo aqui a crítica: a minha paciência com a morosidade da Secretaria de Educação e outros órgãos do GDF se esgotou.

Eu que sempre sou aqui contrário à convocação de determinadas autoridades, porque entendo que convocação é quase uma condução coercitiva, e isso na democracia não pega muito bem, começarei a pleitear convocação de determinados gestores para dar explicações nesta Casa, porque não tem sentido! A omissão e a morosidade prejudicam a população tanto quanto ou mais do que as próprias medidas corruptivas. Muito obrigado.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a inclusão na pauta do PLC nº 70, de 2016, de autoria do Poder Executivo e do PLC nº 71, de 2016, também de autoria do Poder Executivo. Ambos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

já foram amplamente debatidos e aprovados em todas as Comissões para as quais foram designados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vou consultar os Líderes e depois darei a resposta.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco da Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive esse final de semana, Deputado Prof. Reginaldo Veras, na área rural de Planaltina. Deputado Joe Valle conhece bem o Monjolo. Fui lá para ver umas questões sobre orçamento de 6 quilômetros que precisam ser asfaltados lá. E, para minha grata surpresa, encontrei-me, em uma residência simples de madeira, com duas jovens que me procuraram para agradecer pelo projeto Jovem Candango. Falaram elas, Deputado Rafael Prudente, que hoje são alunas da UnB graças à oportunidade que tiveram através do programa Jovem Candango, que é esse programa que qualifica profissionalmente os jovens com carteira de trabalho assinada e tudo.

Ora, o que a nossa juventude e adolescência precisam é que alguém lhes estenda a mão do bem para que eles possam segurar, porque a mão do mal já está estendida, seja para roubar uma farmácia, um posto de gasolina, assaltar o trabalhador que desce cansado na parada de ônibus, ou levar algumas pedras de *crack* para ganhar um tênis. Isso é fácil! Em toda esquina tem uma mão estendida para que um jovem de 14 anos vá para a marginalidade ou para as drogas. Mas estender a mão do bem, da inclusão, é raro. Para esse projeto Jovem Candango, nós fizemos um apelo, e hoje está sob a responsabilidade da Secretaria que o Deputado Prof. Israel comanda – politicamente falando. Houve o encerramento desse programa Jovem Candango com a formatura de 1.700 jovens. Nós estivemos com o Governador Rollemberg, com a Dona Márcia, e fiquei impressionado, Deputado Delmasso, que, no grupo que se encerrava, havia um grupo de teatro. Os discursos feitos por uma jovem e por um garoto são melhores que os discursos de muitos políticos famosos por aí.

Ora, estive novamente hoje em Planaltina, pela manhã, para assinar a ordem de serviço de conclusão da Vila Olímpica, que tem emenda do Deputado Rafael Prudente, do Deputado Cláudio Abrantes. Deputado Chico Vigilante, a Vila Olímpica ficou parada por questões jurídicas. O Deputado Joe Valle também participa ativamente disso, e hoje foi assinada a ordem de serviço com previsão de conclusão em quatro, cinco meses. É a maior Vila Olímpica de todas. Planaltina, que tem essa vocação para o esporte, vai dar oportunidade para jovens que, em vez de estarem se drogando ou indo para a marginalidade, podem se transformar em atletas, com uma piscina para nadar, com uma quadra de futebol, de basquete e até de tênis, se quiserem treinar.

Acho que os governantes ainda gastam muito com o custeio da máquina e investem pouco na juventude, no adolescente. Nós sabemos que, hoje, alguém que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

esteja na Papuda, no sistema penitenciário, custa quatro vezes mais que um jovem desses. Não seria mais inteligente o governo gastar 900 reais com um jovem para transformá-lo em um cidadão, em um pai de família, em um profissional que gastar quatro vezes mais com ele num sistema penitenciário? E para não recuperá-lo! E, se falarmos do jovem adolescente, delinquente, nesses Cajés da vida, vemos que chegam a gastar quase 10 mil reais por mês com cada um. Chama atenção, Deputado Chico Vigilante, que o governo de São Paulo copiou nosso modelo – já era para estarmos com 20 mil pessoas – e lançou lá com 100 mil. Aqui tem o nome Jovem Candango. Lá é programa Vence. E esse projeto está se espalhando pelo Brasil inteiro, porque o prefeito, o governador inteligente vai saber que é muito melhor investir no jovem para uma qualificação profissional, uma oportunidade de virar atleta, músico ou algo parecido. Falta ainda a participação maciça da iniciativa privada. Conversamos várias vezes com os donos de concessionárias, porque é muito melhor investir em um jovem desses, formá-lo em mecânico, em pintor, do que gastar com sistema de segurança, podendo ser assaltado em qualquer hora.

DEPUTADO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, primeiramente quero parabenizar V.Exa., porque a gente sabe que esse projeto tem a sua autoria, e quero corroborar com a sua fala. Deputado Prof. Israel, hoje os grandes índices de criminalidade crescem por causa do atendimento a essa faixa que a gente chama faixa da juventude. Na minha época, quando eu era mais jovem, eu comecei a militar no movimento estudantil. E nós defendíamos, quando fui Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes, a implantação de um plano nacional de juventude, Deputado Joe Valle, que viesse a atender justamente a empregabilidade juvenil. Desse debate, eu participei em 1998, e o Plano Nacional de Juventude veio se tornar realidade no segundo mandato da gestão do ex-Presidente Lula, quando foi criado o Estatuto da Juventude, o Plano Nacional da Juventude e, inclusive, uma emenda constitucional que incluiu a juventude como uma das peças a serem cuidadas pelo Estado.

Então, eu quero aqui parabenizar V.Exa. e dizer que o Programa Jovem Candango não deve somente não parar. A PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego que foi lançada esse ano – na realidade, todo ano ela é lançada desde a época em que eu fui Secretário de Trabalho, quando eu tinha 26 anos de idade – demonstra que o grande índice de desemprego do Distrito Federal está entre jovens de 16 a 24 anos de idade. Deputado Joe Valle foi Secretário de Trabalho e sabe muito bem disso. Sabe das dificuldades da implementação de políticas públicas de empregabilidade da juventude porque, infelizmente, o nosso sistema educacional não prepara o jovem para o mercado de trabalho, ele não dá essa opção ao jovem do mercado de trabalho. O Programa Jovem Candango, Deputado Agaciel Maia, é, sim, uma das principais saídas para o combate à violência, para a empregabilidade e para a recuperação juvenil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Então, aqui eu quero dizer que, como V.Exa. disse, o Governo do Estado de São Paulo copiou esse projeto. Não só o Governo do Estado de São Paulo, parece que o Estado de Goiás também fez algo semelhante. Quero dizer e defender isto: enquanto nós não tivermos políticas públicas efetivas voltadas à juventude do nosso País, não vai adiantar investir em armas, não vai adiantar investir em fardamento, não vai adiantar investir em concreto, porque a violência vai só aumentar, e o futuro da nossa Nação, que são os jovens, nós vamos deixar aliados da construção do seu sonho.

Parabéns, Deputado Agaciel Maia. Esse é o meu registro.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço suas palavras e incorporo ao meu pronunciamento o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu tive a oportunidade de ver o Programa Jovem Candango na prática quando estive na Secretaria. Não pude deixar de registrar a importância desse programa e me solidarizar com V.Exa. para que a gente consiga sensibilizar o governo a fim de que esse programa possa ser implementado de uma forma muito mais focada, com muito mais recurso. Que a gente possa trabalhar nisso.

Sei que V.Exa. é um defensor dele, foi o criador e trabalha nisso. Eu estou aqui realmente alinhado com seu propósito no sentido de ser mais um para ajudar porque vi a diferença que é feita nesse sentido e em todo processo. Há estruturas de governo gastando 150 mil reais por jovem por mês sem uma efetividade no sentido de resolver a vida desse menino que já está entregue às drogas e tudo mais. Há falta de comunicação. O processo todo precisa ser implementado, e eu acho que essa iniciativa sua, que foi feita já há algum tempo, é um caminho claro e rápido, e a gente pode estar junto para ajudar nisso. A Câmara precisa se posicionar claramente, muito fortemente, para que a gente possa crescer e aumentar esse programa que V.Exa. colocou para Brasília.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço ao nobre Deputado Joe Valle suas palavras e incorporo ao meu pronunciamento seu aparte.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, primeiro, quero parabenizar V.Exa., que traz para nós esse importante projeto a ser debatido nesta tarde hoje. Quero me somar aqui a V.Exa. Estive recentemente também no Núcleo Monjolo, aqueles 6 quilômetros ali...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Eu falei com a Presidente do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental há mais ou menos um ano, e até hoje a comunidade está aguardando a visita do Ibram lá para liberação, porque, salvo engano, esse recurso já está até previsto no orçamento.

Eu recebi recentemente estudos da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria da Criança. Eles dizem que, para você manter um preso na cadeia, hoje, o Estado gasta em torno 4 mil reais, e para manter um jovem na Secretaria da Criança, bancado pelo Estado, esse custo é, em média, de 18 mil reais por jovem ali apreendido. Se esses 18 mil reais fossem revertidos para um projeto tão importante como esse que V.Exa. traz aqui à discussão hoje, tenho certeza de que nossa cidade seria diferente. Inclusive, ontem, nós aprovamos aqui um crédito para a Secretaria de Segurança Pública, para o Sistema Socioeducativo, de 8 milhões de reais. Eu creio que seria muito mais interessante esses 8 milhões de reais serem empregados no projeto Jovem Candango e investidos nas crianças, no futuro da nossa cidade. Parabéns a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

A exigência feita pelo Ibram é que se façam aqueles 6 quilômetros de asfalto. Ali tem uma escola, e todos os dias a farda tem que ser lavada porque os carros que passam lá, Deputada Luzia de Paula, deixam a roupa branca marrom.

O Ibram mandou contar as árvores, mas não as árvores que margeiam a estrada na distância de 30 metros, 50 metros. Mandou contar as árvores de toda a região. Eu acho que, depois que terminarem de contar, deve mandar contar os passarinhos. Aí é mais difícil, porque o passarinho está aqui, depois voa para outro lado, e vai ficar sempre muito difícil. Aquilo já era para ter se resolvido, a obra tem um custo relativamente não elevado, de 12 milhões de reais. Fizeram a exigência de uma passagem para os animais passarem por baixo, tipo um viaduto, e isso também já foi feito. Agora pediram para contar todas as árvores da região. Eu acho que vai dar certo, porque estão contando. Mas, se mandarem contar os pássaros, vai ficar mais difícil, porque o pássaro pode estar numa árvore, e depois voar para outra, e fica mais difícil o pessoal fazer essa contagem.

Eu conversei, expliquei ao Governador e estamos fazendo documentos para pedir a interferência dele junto à diretora do Ibram, porque todas as exigências feitas no projeto estão cumpridas. Existe a dotação orçamentária, falta apenas a liberação da licença definitiva para que a obra comece.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, cumprimento V.Exa. e lembro a origem desse projeto. Quando V.Exa. veio defendê-lo aqui na Casa, inicialmente havia muita desconfiança de que seria um projeto com finalidade meramente eleitoreira. Eu me lembro, V.Exa. veio conversar comigo – na época, eu era o único professor aqui – e eu prontamente me coloquei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

como um defensor desse projeto. Assim foi feito o convencimento na Casa. A história provou que o Jovem Candango era o que nós imaginávamos que ele ia ser.

Estou muito feliz de poder participar desse projeto, e feliz também porque neste momento o projeto vive um aperfeiçoamento, uma ampliação. O projeto conquistou o apoio do novo governo na cidade, porque o projeto é bom, é profundamente bom.

Eu queria ressaltar algo que está acontecendo, e não foi falado ainda aqui. Com a formatura desses 1.700 alunos, quem está pedindo que o projeto continue urgentemente são os servidores que receberam ajuda desses meninos nos seus órgãos públicos. Eu recebi vários servidores de diversos órgãos, que disseram: se acabar, vai atrapalhar o nosso trabalho. Esses meninos não estão recebendo mera assistência social. Esses meninos estão tendo uma oportunidade para mostrarem o seu valor. Esse não é um projeto de assistência, é um projeto de encaminhamento. É um projeto que realmente modifica a vida desses estudantes.

Parabéns, Deputado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Primeiramente quero parabenizar V.Exa., Deputado Agaciel Maia. Eu estava ouvindo o seu pronunciamento, quando V.Exa. falou que hoje, lá em Planaltina, foi assinada a ordem de serviço em relação ao Centro Olímpico de Planaltina. Quero dizer que essa é uma luta tanto de V.Exa. como do Deputado Rafael Prudente, de outros Deputados e minha também. Quando fui Secretário de Esporte, já encontrei aquele centro olímpico fechado por problemas em relação ao contrato. A empresa que estava cuidando, salvo melhor juízo, era a Recoma, e ela não teve condições de finalizar tal empreendimento, mas, graças a Deus, com o empenho do Governador, como também da Novacap, fizeram uma nova licitação. Hoje, finalmente, foi assinada essa ordem de serviço, que certamente será um ganho.

A Secretaria de Esporte tem 11 centros olímpicos, que atendem aproximadamente 50 mil jovens no Distrito Federal. Eu conheço o Centro Olímpico de Planaltina, estive lá várias vezes. Ali provavelmente atenderemos quase 5 mil pessoas, entre jovens, adolescentes e também idosos. Eu fico muito feliz de ter participado disso, e com certeza, no próximo ano, a Secretaria terá mais uma ferramenta. Quem ganha com isso é a sociedade, porque esses centros olímpicos certamente vão tirar jovens da rua, da marginalidade, e sem dúvida alguma é muito bom para a nossa cidade.

Parabéns ao Administrador daquela cidade, que vem fazendo um excelente trabalho. Com certeza, sai ganhando a sociedade brasiliense.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, para finalizar, quero dizer que o Deputado Julio Cesar foi considerado um dos melhores Secretários de Esporte de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Brasília, e por isso foi o Deputado mais votado pelo belo trabalho que fez. Estava lá a Secretária Leila, que fez menção a S.Exa. Nós não tiramos o mérito de quem tem mérito. O Deputado Julio Cesar teve papel fundamental durante o período em que esteve na Secretaria de Esporte e seu nome está gravado na maioria dessas ações. Algumas foram inauguradas e realizadas, já estão em funcionamento; outras ainda estão em andamento. Nós esperamos que em quatro, cinco meses, a população de Planaltina tenha acesso à vila olímpica, que será a maior de todas elas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 31 de agosto de 2016 – este triste mês de agosto – vai entrar para a história como o dia da consolidação de um golpe parlamentar midiático no Brasil. O dia em que um bocado de homens brancos, muito bem vividos, retira do poder a primeira mulher eleita Presidenta da República neste País: a Presidenta Dilma Rousseff, mulher que governou este País até agora, Deputada Luzia de Paula, com olhar de mãe. Pela primeira vez, creches públicas foram colocadas como programa de governo. V.Exa. é uma pessoa dedicada a vida inteira às crianças e sabe da qualidade das creches construídas pelo Governo Federal, aqui em Brasília e no Brasil. As creches construídas aqui têm a mesma qualidade das que são construídas no Maranhão.

Esse pessoal sabia que não ganharia as eleições, porque tentaram em 2006 e perderam; tentaram em 2010, perderam de novo; tentaram em 2014, perderam de novo. Portanto, tinham que dar um golpe para afastar o governo constitucionalmente eleito. O mundo inteiro já sabe, está pacífico que é um golpe o que aconteceu no Brasil. Muita gente, quando se fala em golpe, acha que ainda é aqueles golpes militares, com tortura nas ruas, tortura nas prisões, tanque nas ruas, mas o jogo dos golpes agora não é esse. É o afastamento via parlamento. Substitui a vontade do povo, a determinação do povo, por um colégio eleitoral mais restrito do que o colégio eleitoral da época da Ditadura, quando gerais eram eleitos presidente.

O colégio eleitoral que está colocando o impostor na Presidência da República, um golpista, traidor, o Sr. Michel Temer – que eu não vou chamar de presidente nunca, porque não é – é um colégio de 61 senadores. Vejam a ironia da decisão tomada pelos golpistas, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Decidiram afastar a Presidenta da República, mas o próprio Senado Federal, em seguida, diz que ela não cometeu crime nenhum. Condenam, mas não tem crime, tanto é que os direitos políticos foram preservados. Imaginem como é que os analistas políticos internacionais estão avaliando isso. Opa, se preservaram os direitos políticos, é porque não tinha crime e, se não tinha crime, tinha que ser preservada.

Eu tenho dito que quem decide destino de governo é o voto. O eleitor, quando vai votar, sabe que o mandato é de quatro anos. Portanto, ele avalia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

escolhe e vota. Aqui não é Parlamentarismo. Você não pode dar um golpe parlamentar. Você tem que respeitar. Quem não gosta de um governante, por pior que ele seja, se não tem crime, espera e substitui após quatro anos.

Portanto, hoje está patente, está claro. Está lá na ata, na resolução lida pelo Presidente da sessão Ricardo Lewandovsky: não teve crime, na medida em que os direitos da Presidenta Dilma Roussef foram preservados. Aí louve-se, Deputado Agaciel Maia, a atitude do Senador Renan Calheiros, que deu uma de mestre. É como quem diz: eu vou lhe cortar um braço, mas vou preservar sua cabeça. Portanto, eu amputo o braço, tiro-lhe a presidência, mas a senhora está livre, a senhora não é criminosa. É o reconhecimento do Senado Federal. Os mesmos que votaram pelo afastamento, em seguida, votaram pela preservação dos direitos.

Deputado Prof. Israel, V.Exa. que é professor de História, naturalmente um estudioso, queria até sugerir para V.Exa. fazer uma pesquisa para saber se já aconteceu isso no mundo, porque eu desconfio que é mais uma jabuticaba que só tem no Brasil.

Portanto, não tiveram a coragem de preservar o mandato da Presidenta, mas não tiraram seus direitos políticos, para dizer: “Nós somos bonzinhos. Nós estamos tirando ela porque somos machistas. Nós estamos tirando ela pelo desenvolvimento que ela fez. Nós estamos tirando ela pela preocupação social que ela tinha e por não se submeter à chantagem do Eduardo Cunha, muito menos... Portanto, tem que tirar.” E ainda abriram – e isso é o mais grave – a possibilidade de cassar o mandato do Eduardo Cunha, mas deixá-lo com os direitos políticos. E ainda vão dizer: nós fizemos a mesma coisa com a Dilma Roussef. Quer dizer, é muito cinismo, é uma coisa realmente inominável.

Quero dizer que eu estou triste, mas não estou abatido. Estou triste, mas eu sei da capacidade do nosso povo de reagir nos momentos de dificuldade e, certamente, esse golpe será desmoralizado nas ruas.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. como sempre tem muita convicção e, desde o início, V.Exa. sempre bateu nessa tecla.

Eu acho que houve uma saída que não foi a ideal para a Presidente, mas também, em termos de processo democrático, foi uma saída construída, bem ao estilo do Senador Renan, de não sacrificar. Quando ele entrou, já encerradas as discussões para começar a votação, ele disse que no Nordeste tem um ditado que diz: “além de queda, coice”; que aceitava a queda, mas não o coice. Foi uma mensagem dada ao grupo de Senadores, que, mesmo pressionados pela mídia, sabiam que estavam cometendo uma injustiça. Foi a saída para amenizar, principalmente a consciência de muita gente que se elegeram em cima do trabalho feito pelo Lula, pela Dilma. Os que não se elegeram, tudo bem, porque são Oposição, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

quem está na Oposição quer tirar quem está no governo, mas quem subiu no palanque, que se aproveitou da popularidade de ambos, e depois ter que votar, com todo o argumento apresentado, sem aquela convicção, a consciência bateu. Quando houve essa opção de se votar pelo afastamento, pelo *impeachment*, mas ao mesmo tempo não tirar os direitos, foi a saída para muita gente, tanto que, de 61, o número de senadores baixou praticamente em vinte.

Portanto, eu acho que é uma saída brasileira de qualquer maneira. A repercussão fora era sempre muito negativa, porque as pessoas espremiavam e não tinham uma materialidade transparente, concreta, irrefutável. Não tinham. Eu tenho que reconhecer: houve falta de habilidade política por parte da Presidente Dilma. Se você tem 513 Deputados e não conseguiu 170, é porque não teve habilidade política.

Também faltou um pouco de habilidade administrativa, porque entramos nessa crise, o pessoal aproveitou essa insatisfação com o desemprego e colocou a gasolina que seria necessária para a Oposição. Juntou-se tudo isso com uma série de outros argumentos, como o problema do Eduardo Cunha.

O que é interessante é que o Senado brasileiro, onde vivi 38 anos de minha vida, deu uma saída, que pode ser justificada, do ponto vista humano – eu nem falo jurídico, porque do jurídico eu não tenho conhecimento – como uma saída honrosa para a situação que foi criada politicamente no Brasil.

Quero parabenizar V.Exa. Posso, em algumas coisas, discordar ideologicamente de V.Exa., mas tenho que reconhecer que é um guerreiro, suas posições são defendidas com convicção. Portanto, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento de hoje à tarde.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Para concluir, eu quero chamar a atenção, especialmente da população do Distrito Federal, para uma coisa. Quero falar da minha decepção com o Professor e Senador Cristovam Buarque. Eu dei a minha vida, junto com bravos companheiros, quando Cristovam não era ninguém, para transformá-lo em Governador do Distrito Federal e para dar sustentação ao seu governo. Depois o vi Ministro e Senador da República por duas vezes, eleito com o nosso apoio, com o nosso voto. Portanto, a decepção. Eu acredito que, a partir de hoje, o Sr. Cristovam Buarque não terá mais paz de espírito, não irá mais dormir tranquilo, porque ele não terá o sono dos justos, até por onde ele passar vai estar escrito na biografia e na testa que ali vai passando um golpista. Acho isso grave, fico triste. Não esperava, sinceramente, uma posição tão covarde, tão traidora como essa do Sr. Cristovam Buarque.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Popular Solidário Social. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer a generosidade.

Segundo, eu quero saudar o ex-Deputado João de Deus, que está aqui no plenário. Acabei de vê-lo. Não sei se o chamo de deputado ou de prefeito.

Terceiro, eu gostaria aqui de fazer uma breve consideração sobre uma decisão que tomamos ontem. Na data de ontem, tivemos uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça em que, dentre vários itens a serem apreciados, havia dois que chamavam a atenção, ambos propostos pelo Governo do Distrito Federal, pelo Poder Executivo mais precisamente.

O primeiro, que era inclusive o item nº 1 da pauta, falava sobre a questão da desafetação de algumas áreas. O outro, cujo número era 4, falava de uma doação e reversão de terrenos em favor da Terracap no Itapoã.

Com relação ao primeiro, eu pedi à Presidente da CCJ até que o retirasse da pauta; e, com relação ao segundo, eu fiz algumas observações. Por que isso? Por uma razão muito simples. É fácil. Surge claramente da análise superficial que ambos os projetos têm um potencial econômico muito forte. Ali se envolve dinheiro. E tomei uma decisão.

Lá atrás, em dezembro do ano passado, foi aprovada, no plenário desta Casa, uma emenda de 30 milhões que se destinava ao pagamento de pessoal em UTI. Depois – nós estamos agora no mês de agosto –, de repente, chega a esta Casa uma decisão forte, uma decisão judicial destituindo a Mesa Diretora desta Casa – é uma medida muito forte – sob a acusação de que a Mesa Diretora poderia estar recebendo propina em razão daquela emenda do ano passado.

Ora, eu não vou aqui usar o plenário para discutir essa questão. Há lugares apropriados para se discutir isso. Não me parece que as condutas estão individualizadas. Aliás, não me parece nem muito claro qual é a imputação criminosa, hedionda que foi feita aos Parlamentares. Agora, parece-me muito claro, Deputada Telma Rufino, que, se existiu um suposto esquema de desvio de dinheiro, o dinheiro não está nesta Casa. Aquela sobra orçamentária de 30 milhões teria que ser devolvida de qualquer maneira ao GDF. Ninguém precisava estimular, comprar, fazer para que isso acontecesse. Aquele dinheiro seria devolvido de qualquer maneira. Todo fim de ano, quando há sobra orçamentária, qual é o caminho natural? Devolver para o cofre. Mas não vou entrar nessa discussão, não. O que eu estou querendo mostrar aqui claramente é que quem pode responder talvez com mais precisão se existia algum esquema, alguma coisa é quem tem a chave do cofre. E quem tem a chave do cofre não está aqui neste plenário, não. Quem tem a chave do cofre está bem ali. É só atravessar a pista.

Mas, diante de tudo isso, como nós aprovamos uma emenda que era para pagamento de pessoal na área da saúde e deu já essa zorra toda, eu decidi, em meu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

nome, que qualquer projeto que venha do Poder Executivo com potencial econômico, mais que analisado, será investigado. Eu vou investigar! Eu não sei o que está por trás disso.

Esse projeto de desafetação, por exemplo, eu nem quis analisar, Deputado Chico Vigilante. Eu nem vou olhar esse aí. E não vou nem votar também, evidentemente. O outro veio em um envelope bonito, Deputado Chico Vigilante, dizendo-se que era para o Itapoã, para residências de pessoas de baixa renda. Aí eu fui olhar, Deputado Wasny de Roure, o parecer. Ele dizia que era para que a Terracap, que tem mais facilidade, pudesse fazer o registro do imóvel destinado a pessoas de baixa renda. Mas lá também permitia à Terracap comercializar terrenos para a indústria e o comércio. Então, veja aí, não é somente para pessoas de baixa renda – isso todos nós apoiamos –, mas é para permitir que a Terracap também faça. Quando eu vi isso – e aí eu tive até o auxílio luxuoso do nosso Secretário José Flávio, que colocou o secretário para me esclarecer algumas coisas –, fiz questão de ir à CCJ para solicitar que fosse feita uma emenda aqui em plenário para determinar que o Poder Executivo, quando estiver comercializando para a indústria e o comércio, siga os ditames da Lei nº 8.666 e que seja constituída uma comissão não para fiscalizar posteriormente e, sim, para acompanhar o procedimento desde a origem. Por que nós temos de fazer isso? Por tudo que aconteceu semana passada nesta Casa, Deputado Chico Leite.

E aí, permita-me dizer, realmente não existe mais confiança na relação entre o Poder Executivo e membros do Poder Legislativo. Pelo menos comigo, não há. Eu não empresto nenhuma confiança ao governo. Faço questão de dizer isso aqui por uma razão muito simples: porque votei a favor de uma emenda de 30 milhões que era para a saúde e, de repente, sou acusado, sou investigado por alguma coisa errada nesta história, quando, na verdade, eu acho que quem deveria ser acusado é quem pagou. E quem pagou foi o GDF, o Poder Executivo.

De qualquer maneira, agora temos de tomar os nossos cuidados. E eu estou tomando os meus. O primeiro cuidado é que, além da análise, agora eu estou investigando para poder saber exatamente o que está por trás daquilo que nos foi apresentado. Às vezes, candidamente, o governo nos apresenta um projeto dizendo que é para o povo de baixa renda. Não sei. De repente, pode ter alguma coisa que não está escrita.

Outra decisão que eu tomei, Sr. Presidente, e faço questão de declarar aqui publicamente... Aliás, eu pedi ao Judiciário que desse toda a transparência, que levantasse o manto do sigilo das investigações não para a garantia do Deputado, não, não para a garantia do acusado, não, e, sim, para a garantia do cidadão, que, em 1988, teve isso assegurado na Carta Política. Quando se fala em levantar o manto do sigilo, não é para a pessoa que está sendo investigada. É a sociedade, que financia tudo isso, que tem o direito de saber por que o Parlamento está sendo investigado. É a sociedade que tem o direito de saber por que um dos Deputados está sendo investigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Essa conversa de segredo pode até valer em um determinado momento, mas não pode se tornar regra. Já estamos há uma semana, Deputado Chico Leite, e o sigilo permanece. Então, essa foi uma das razões por que roguei ao Poder Judiciário que levantasse o manto do sigilo.

Finalmente, Sr. Presidente, agradecendo a paciência e a concessão de um tempo excessivo, quero anunciar também que todos os Parlamentares desta Casa têm o direito de indicar, como emendas parlamentares, até o valor de 18 milhões, salvo engano. Não é isso?

Eu acabo de oficializar o GDF, o Poder Executivo, que é o dono do dinheiro, que não use nenhum tostão por indicação minha. Não quero saber de emenda. Não fui eleito para ficar indicando isso, não. Fui eleito para fiscalizar o Executivo.

Neste momento, não me venha com conversa fiada de que vai para contingenciamento e o diabo a quatro, não. Não vai para lugar nenhum, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Não vai para lugar nenhum. Sabe por quê? Porque, como eu não faço trapaça, não vou me sentar com ninguém para ficar direcionando dinheiro, não.

Era esse o esclarecimento que eu queria prestar. Agradeço a paciência de V.Exa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, caros colegas, servidores da Casa, representantes da sociedade, quero trazer aqui uma preocupação em função de uma tarefa com que tenho deparado em várias localidades no Distrito Federal, em virtude do meu mandato.

Recentemente, estive na Quadra 804 do Recanto das Emas, onde residem aproximadamente 175 famílias. Já estou acompanhando um processo há vários anos, na Quadra 406 do Recanto das Emas, onde o governo já adotando o procedimento de realocação dessas famílias.

Tivemos audiência na expansão de Samambaia, entre as duas áreas que representam aquela localidade, uma área rural existente, que desenvolveu um processo de ocupação que hoje ultrapassa o número de 350 famílias.

Recentemente, estivemos no Sol Nascente, acompanhando o Assentamento Santarém, que foi promovido pela Secretaria de Agricultura para um grupo de acampados nas regiões próximas a Santo Antônio do Descoberto. Porém, em Brasília, no Distrito Federal, essas famílias – menos de trinta famílias na área rural –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

foram readequadas. Parece-me que o Deputado Chico Vigilante acompanhou esse processo.

Ocorre que o governo, para poder implantar, efetivamente, aquilo que havia sido planejado, precisou remover aproximadamente 368 famílias. Nós estivemos na localidade à época e também recentemente. Inclusive, pedimos o envolvimento da SEDESTMIDH – Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, encabeçada pelo Deputado Joe Valle, que, de pronto, se fez presente, realizou o cadastro e está pagando o aluguel social.

A população quer discutir uma área alternativa no Sol Nascente, para ser readequada. Nós temos acompanhado outras áreas, em menor escala, com menores incidências, como a 611, em Samambaia, ao lado do Parque Três Meninas, e alguns cenários nas Cidades do Paranoá e São Sebastião. Citei essas localidades pelo processo em que essas ampliações vêm sendo feitas. O governo, é claro, tem estabelecido a data de julho de 2014 para fazer as remoções de acordo com o serviço de satélite de que dispõe hoje, através da Terra Gel, contratado pela Terracap e que acompanha o processo de ocupações no Distrito Federal.

Sr. Presidente, é desnecessário falar aqui do trabalho que a Agefis vem fazendo, que, muitas vezes, é doloroso, mas necessário, pois precisam ser encontradas soluções no diálogo. É necessário que o governo tenha uma política habitacional que consiga produzir imóveis que tenham o respaldo de políticas públicas advindas da Caixa Econômica Federal, de organismos internacionais, enfim, de recursos do próprio tesouro do Distrito Federal, do Fundo de Habitação.

Eu gostaria que a gente se preocupasse em aprofundar este projeto que está aqui, Deputado Raimundo Ribeiro, ao qual V.Exa. se refere. Trata-se de um projeto oriundo do governo anterior. A proposta é interessante. Foi até levantada, na reunião de Líderes, a possibilidade de excepcionalizar áreas para as atividades comercial e industrial, que passariam pelo processo licitatório da Terracap e preservariam a outra parte para os programas sociais de natureza habitacional.

É necessário, Sr. Presidente, que o governo tenha uma política direcionada a esses processos de ocupação, que é alvo do crime, da intensificação do crime e do tráfico de drogas. Quero dizer, Sr. Presidente, que, em algumas dessas localidades, Deputado Julio Cesar, eu só entro com o acompanhamento das lideranças locais que me convidaram para estar presente. Não tenho autorização das gangues que imperam nesses locais para entrar. Quem me conduz nesses locais são as lideranças daquela comunidade; locais como a 804, no Recanto das Emas, onde estive recentemente, e, no Sol Nascente, a quadra de esportes, onde estive no sábado passado.

Quero alertar os colegas – o governo em particular –, que esse mesmo governo tem de ter uma política de equacionamento nessas áreas de inchamento de invasões e ocupações de terra. O ser humano não é um ser invisível. O ser humano,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Divino, pode até não ter condições financeiras de fazer frente a um lote, a um apartamento, a uma casa, mas ele é um cidadão desta cidade. É um cidadão que tem de ter o olhar do Estado. O Estado tem dificuldade? Tem. O Estado tem carência de recursos? Tem. Tem carência de terra? Tem. Mas tem muitos meios para resolver isso, como o governo fez, corretamente, no Mangueiral, que deve iniciar em breve as obras de expansão da próxima etapa, por meio de um projeto do Governo Arruda. Um projeto correto, de parcerias, em que a população tem de pagar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante dar celeridade a isso. É importante dar desdobramento. As terras de Brasília estão sendo comprometidas, principalmente onde houve arrendamento rural, com processos de formação de condomínios. A Deputada Luzia de Paula, em Ceilândia, conhece muito bem isso. Hoje, o endereço que mais existe em Brasília é chácara. Chácara 190. Aí, há os desdobramentos: casa 1, casa 2, casa 3, casa 15. São condomínios que não passam de vinte residências porque essas chácaras, muitas vezes, não passavam de 2 hectares, como é o caso do Vicente Pires sobretudo. O que nós temos é uma situação que exige uma força tarefa – exige uma força tarefa!

Nós podemos ter várias críticas ao Governo Roriz, e eu aqui talvez seja um desses campeões de fazer críticas, mas quero dizer aos colegas que eu creio que o Governador Roriz hoje não encontraria respaldo por parte do Ministério Público. Ele atropelava, ele atropelava! Nós todos sabemos como o Riacho Fundo II foi formado, aqui está o Paulo, que trabalhou no Riacho Fundo II. No Riacho Fundo II, foram distribuídos os lotes no final de semana, mas foram distribuídos. Quando o Governador Cristovam assumiu, falei: "Governador, querendo ou não, é ato do governo anterior, ato se cumpre, ato se cumpre!" Mesmo tendo sido no final de semana, foram entregues os endereços às famílias, e lá foi montado um grupo de pessoas, capitaneadas à época pelo Chico Dorion e por outras lideranças – para não cometer aqui equívoco. Fez-se a resistência ao Governo Cristovam até a plena efetivação do Riacho Fundo II.

Eu me lembro de quando houve a operação aqui da Superquadra Norte 101, a invasão do Ceub, nós não desconhecemos isso, pelo menos os mais antigos, mas eu quero pontuar que o governo precisa ter uma equipe. O GRUPAR – Grupo de Análise de Parcelamentos de Solo e Projetos Habitacionais, que foi um grupo oriundo do Governo Arruda e que se perpetuou no Governo Agnelo, agia nessas relações de tentar equacionar esses problemas, dar celeridade aos processos: autorização para implantação da luz, da água etc. O que nós, neste momento, precisamos é de agilidade nessas áreas.

Quero, portanto, aqui me dirigir ao Sr. Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação, Dr. Thiago, quero me dirigir ao Dr. Gilson, Presidente da Codhab, ao Sr. Governador, ao Sr. Chefe da Casa Civil, porque é extremamente urgente.

E quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que, assim que o Sr. Secretário da Casa Civil, Dr. Sérgio Sampaio, assumiu, eu estive lá levando a demanda da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

comunidade acompanhado por algumas lideranças ali do Recanto das Emas. Foi produzida pelo Governo do Distrito Federal – parece-me que com o apoio do Governo Federal – uma grande estrutura ali na cidade do Recantos das Emas. Entretanto, a população pontuou, Deputado Chico Vigilante, que queria transformá-la em uma escola de ensino profissionalizante.

Há duas semanas, Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu estive lá acompanhando o Prof. Conciani, professor e reitor do IFB – Instituto Federal de Brasília, em pleno sábado, dando aula aos alunos da área de construção civil. Neste sábado, às 9h, a V.Exa., que ocupa a Presidência da nossa Comissão de Educação, Saúde e Cultura – não estou autorizado a convidar, mas creio que eles me respeitam e vão acolher o convite –, e aos colegas Deputados, eu queria pedir a presença de V.Exas., para verem que um prédio depredado pode ser recuperado para o ensino tecnológico e profissionalizante. Então, quero que V.Exa., como nosso digno representante – eu vou estar presente –, esteja presente para ver a retomada daquele espaço no ensino profissionalizante para os jovens da cidade do Recanto das Emas.

Eu quero aqui me congratular com Governo do Distrito Federal, na pessoa do Sr. Governador, do Secretário Sérgio Sampaio, do Secretário Júlio, pela lucidez, porque aquela unidade hoje é da Secretaria de Estado de Educação, e a Secretaria de Educação foi firme e contundente, inclusive com relação ao seus gestores, ao enfrentá-los e dizer: não é porque é da Secretaria de Educação que outro órgão público do Governo Federal não pode abrir as portas e fazer funcionar o ensino tecnológico e profissionalizante para os jovens do Recanto das Emas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão, mas, antes de passar a palavra, eu gostaria de pedir aos nobres Deputados que estão nos seus gabinetes que se dirijam ao plenário, para que possamos dar início à Ordem do Dia, para votação. Existem alguns projetos importantes, entre os quais a regularização dos puxadinhos, que é uma demanda da sociedade.

Então, eu concedo a palavra à Deputada Celina Leão. Logo após, o Deputado Ricardo Vale, do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal, fará uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Primeiro, eu quero agradecer a generosidade do Deputado Ricardo Vale por ter me cedido a oportunidade de falar antes de S.Exa. É porque eu tenho outro compromisso, mas eu acho que é muito importante a gente esclarecer as coisas, Deputado Delmasso, Deputado Wasny de Roure, porque uma lógica sempre fala que não há nada maior do que a verdade. E a verdade sempre aparece. Uma frase do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Ministro Ayres Britto diz que a verdade só se assenta sobre vestidos transparentes. Essa é uma frase muito verdadeira.

Eu fui surpreendida por uma informação sobre supostas... de que a Vice-Presidente teria deletado seus arquivos, o que é gravíssimo diante da situação que nós estamos vivendo hoje no Distrito Federal. Mas o mais grave não é só isso, o mais grave é a resposta da própria assessoria da Parlamentar, que sequer consegue responder à altura da gravidade da denúncia – que é grave!

Quero trazer algumas informações a V.Exas. aqui. Todos nós, todos nós que estamos aqui, os 24 Deputados, sabemos que todo servidor – até por uma política de segurança da própria Casa – tem seu usuário e a sua senha. Então, nem o próprio servidor de dentro do gabinete consegue acessar a pasta se não for a dele, a dele próprio, Deputado Ricardo Vale – a dele próprio, pior a de outro gabinete. Então, isso é impossível de ser feito por qualquer servidor. Até para você cadastrar sua senha, você tem que ir pessoalmente à CMI – Coordenadoria de Modernização e Informática, ou seja, não existe a possibilidade realmente de isso acontecer.

O mais maluco de tudo isso, Deputado Delmasso – e eu acho que é por isso que a gente percebe esse tipo de manobra que está vivendo, até porque a Deputada Liliane Roriz já foi condenada por falsidade ideológica, então, ela continua praticando os crimes que fez no passado –, é a gravidade da falta de providências tomada pela Deputada Liliane Roriz. Tomei conhecimento de que ela só pediu a restauração dos *backups*. Foi o documento a que eu tive acesso hoje na imprensa. Ela, de imediato, tinha que pedir uma auditoria no setor, porque só há duas formas de esses arquivos terem sido deletados – só duas, confirmadas inclusive pela própria CMI.

E aqui eu quero fazer o registro de que esse setor é um setor em que nós temos vários servidores concursados, de carreira desta Casa, servidores sérios, servidores capazes, mas, na estrutura organizacional da Câmara, o chefe do setor é indicado da Deputada Liliane Roriz. E aí, os fatos: os arquivos só podem ser acessados ou pela própria Deputada, por assessores dos respectivos arquivos ou pela CMI. Eu não tenho nenhuma indicação na CMI – eu como Parlamentar. Eu não sei se algum outro Deputado indicou alguma pessoa para a CMI. Eu não tenho nenhuma indicação política minha para a CMI, nenhuma, nenhuma. Eu não tenho nenhum servidor meu lotado na CMI. O chefe do setor, da CMI, era da Deputada Liliane Roriz, e a Deputada Liliane Roriz novamente mente. Como essa mulher mente, que coisa horrorosa! É deprimente ver uma Parlamentar mentir de forma contumaz assim. Quando ela vai dar entrevista, quando mostra o papel, ela fala que não se lembra, que não viu, que não assinou. É até patético o que nós estamos vivendo aqui nesta Casa.

Aí, eu quero mostrar alguns anexos para vocês. O ato da Mesa Diretora que define que é da Vice-Presidência a responsabilidade, que a CMI é responsabilidade da Vice-Presidência. A pessoa que estava lá até segunda-feira... Aí nós temos também as provas. Esses documentos eu estou encaminhando todos ao Ministério Público também. O chefe do setor era indicado da própria Parlamentar. E a Deputada



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

diz que não se lembra também. A Deputada renunciou no dia 17. As pessoas da Deputada saíram, pelo Diário de segunda-feira, e toda exoneração foi assinada por ela, não há nem uma exoneração assinada por mim – a exoneração das pessoas da Parlamentar. Elas foram exoneradas por ela: “exoneração, Liliane Roriz...” Aí estão os nomes de todas as pessoas: Ana Carolina, tal, Luzia...

Mas este aqui, para mim, é o mais importante. Eu acho que é o mais importante de tudo isso: o Frederico, que é o servidor da referida Deputada, foi exonerado por ela própria, mas só saiu na segunda-feira. Então, até o sumiço dos arquivos, ele era o responsável. Ele era o responsável pelo setor, ele era o chefe do setor, indicado pela própria Parlamentar.

E aí o que é grave, também. Nós estamos pedindo, Deputado Julio Cesar, todas as imagens de quem entrou na CMI e de quem saiu de lá, porque ou foi o próprio assessor que arquivou, mexeu, ou alguém que poderia ter acesso a alguma senha da CMI. Já pedi isso. Faço questão de registrar a presença do nosso Presidente da Casa. Estou encaminhando isso oficialmente a S.Exa.

Mas faço mais, Sr. Presidente. A Deputada Liliane Roriz só pediu a restauração dos *backups*, não é? Eu não peço restauração dos *backups*, não. O que eu peço é auditoria de todos os compartilhamentos de rede utilizados por este órgão, e que o responsável pela auditoria apresente laudo substanciado em que constem nomes, matrículas, usuários de rede, eventos de deleção de arquivos e, por fim, acessos compreendidos entre 16 e 29 de agosto de 2016.

Eu peço que a Casa faça uma auditoria, porque essa moça mente tanto, de uma forma tão contumaz, que é algo até impressionante. Com a emenda foi igual. Primeiro ela disse que não era dela; quando ela viu a emenda: “Não, ah, me lembrei”. É uma mentirosa. É uma mentirosa, que mente de forma frequente.

Eu quero lembrar a V.Exas. que até o Judiciário já sabe disso, pois ela já foi condenada por falsidade ideológica. É essa a moça que se diz alguma coisa, querendo se livrar da confusão que ela mesmo armou, da confusão e da lama que ela mesmo armou.

Então, Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que tome providências, porque nós precisamos saber quem deletou os arquivos. Eu posso lhe afirmar que nós não temos nenhuma indicação na CMI, que nenhum servidor nosso teve acesso à CMI, e que o chefe da CMI era indicado dela.

Nós confiamos nessa Mesa Diretora, nós confiamos na direção desta Casa para que isso seja esclarecido, porque, mais uma vez, a Deputada mente e mente. Quando ela vê os documentos: “Não, achei, não lembro, não fiz... Ah, assinei. A Deputada Celina passou no corredor e disse que iria exonerar os meus servidores”.

Eu quero esclarecer, Sr. Presidente, que a eleição do Deputado Juarezão seria feita na segunda-feira. A Deputada, inclusive, mandou os atos de exoneração e de nomeação. E eu avisei os servidores, até para que eles não fossem surpreendidos pelo Diário Oficial. Fui ética, correta, coisa que essa Deputada nem sabe o que é.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Não sei nem onde essa mulher realmente viveu! Acho que ela deve estar tomando muito remédio, deve estar com muito problema, porque, realmente, uma cidadã que se presta a esse tipo de papel... É algo realmente deprimente o que nós estamos vivendo. E mente de modo contumaz! Acho que ela quer realmente tirar o foco dos problemas que são dela, graves, porque já temos informações fidedignas, Deputado, de que todos os áudios da Deputada Liliane Roriz estão flagrantemente editados. Novamente ela mente. Essa mulher é uma mentirosa!

Então, nessa tarde, vim trazer esses esclarecimentos porque, quando ela foi questionada sobre esse assunto, ela disse que eu era a presidente! Ué, eu era a presidente, mas não tenho acesso aos usuários do gabinete dela. É só ela que tem essa senha. Outra coisa: a nossa política de segurança aqui é muito severa. Eu confio nos nossos servidores aqui, porque a maioria desse setor é de servidores de carreira, e ninguém vai se meter em lama de Deputada Liliane Roriz, que mente de forma contumaz.

Sr. Presidente, eu peço isso a V.Exa. Já lhe encaminhei esse ofício, Deputado Juarezão, para que V.Exa. conduza isso da forma mais imparcial possível e para que a gente traga isso à luz da verdade. Esta Casa está precisando viver um pouco de verdade, trazer à tona a verdade. E nós confiamos verdadeiramente nos nossos servidores; em todos os nossos servidores, mas nos servidores de carreira, principalmente, que têm uma história nesta Casa. Nós somos Deputados, nós estamos passando por aqui, mas esses servidores têm uma história aqui nesta Casa. Nós vamos passar, podemos ser eleitos ou não sermos mais eleitos, mas esses servidores têm uma história nesta Casa.

Então é esse o meu pronunciamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Eu queria pedir aos Deputados e Deputadas que se encontram nos seus gabinetes – fazer um apelo – que se dirijam ao plenário para que nós possamos entrar na Ordem do Dia para votar projetos de relevante importância para a população do Distrito Federal e para os Deputados, da mesma forma.

Então peço aos Deputados que estão em seus gabinetes fazendo atendimento à comunidade que desçam ao plenário para que nós possamos votar os projetos de interesse da sociedade do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma colocação a todos os colegas Deputados. Eu pediria, inclusive, atenção à Deputada Celina Leão aqui presente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Eu, particularmente, me sinto numa situação bastante embaraçosa ao ouvir a palavra de uma colega Deputada que envolve uma outra colega Deputada que não se encontra presente na Casa.

Como integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito, nós hoje aprovamos um requerimento de solicitação de informações junto ao Ministério Público para que depois possamos começar a ouvir as citações dos colegas Deputados.

Eu considero que seria prudente que a Presidência que neste momento dirige os trabalhos encaminhe ao gabinete da Deputada Liliane Roriz as notas taquigráficas, para que ela também possa ter direito de fazer as suas defesas.

Digo isso porque é uma situação embaraçosa, parece que a gente ouve um lado e não quer ouvir o outro. Para nós que estamos na CPI, cruzando com essa discussão – eu entendo o momento delicado que a Casa vive –, não podemos deixar de ouvir nenhum dos colegas Deputados.

Então eu peço, por prudência dessa Mesa, que dirija isso à Deputada Liliane Roriz, que me parece estar de licença – eu não sei bem – e tem estado ausente da Casa, para que S.Exa. se reporte por escrito ou venha cá. Nós também a teremos no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito, após termos conhecimento das gravações que S.Exa. encaminhou para o Ministério Público.

Então, Sr. Presidente, eu faço essa reflexão aqui junto a todos os colegas Deputados para que a gente preserve o princípio do contraditório e o princípio do direito à resposta. E, como a colega Deputada se encontra ausente, eu pediria isso. Pelo menos é um gesto. Não sei dos aspectos regimentais, mas naturalmente V.Exa. e a Mesa têm assessoria competente para melhor orientar.

Muito obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nosso querido Deputado Wasny é sempre muito sensato e sempre muito sóbrio nas suas colocações.

Acredito que a Deputada Liliane está numa situação de dificuldade, não está no plenário, até pela questão emocional. Concordo com a fala do Deputado Wasny de encaminhar as nossas notas taquigráficas ao gabinete da Deputada Liliane, mas é importante colocar, Deputado Wasny, que eu acredito... Acho que V.Exa. entendeu que o sentido da nossa fala foi o de pedir a esta Instituição, a esta Casa, que faça uma investigação. E eu não trago nenhum juízo de valor, se foi a Deputada ou não, no meu documento. Meu documento é totalmente isento. Mas temos que lembrar que estamos num parlamento, entendeu? Que por muitas vezes a Deputada Liliane, sem prova nenhuma, faz acusações aleatórias. E o nosso Direito Penal é claríssimo, o ônus da prova cabe a quem acusa. Todas as vezes que essas supostas alegações,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Deputado Wasny, surgem, elas são desmontadas com provas materiais que nós trazemos. Então, essa não é a primeira vez, Deputado Wasny.

A gente realmente fica perplexa com os acontecimentos. Acho que a Deputada Liliane tem todo direito à ampla defesa, ao contraditório, deveria estar aqui dialogando conosco, fazendo esse debate franco, honesto, olhando nos olhos.

Acredito que foi muito coerente a fala de V.Exa. de encaminhar ao gabinete dela as notas taquigráficas. Acredito que isso nem se faz necessário, temos vários assessores da própria Parlamentar também que estão aqui acompanhando esse debate, mas acho por bem, Sr. Presidente, que a Presidência da Casa analise também o nosso pedido de auditoria no setor. Porque, para resumir a nossa fala de hoje, a Deputada pediu o *backup*, ela só quer as informações de volta. Nós queremos a auditoria, ok?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já são 17h. Eu queria que V.Exa. fizesse uma chamada de presença para podermos entrar na Ordem do Dia, porque há o projeto dos puxadinhos, de interesse de toda coletividade de Brasília, para saber se vai haver condições de votarmos alguma coisa.

Então, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma verificação de *quorum*, para entrarmos na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Há 13 Deputados presentes.

Passaremos a Ordem do Dia.

Consulto os Líderes se há acordo para superar os itens de nº 1 a 149, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter o direito à palavra já que estou inscrito. Depois a gente continua.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deputado Ricardo Vale, eu me esqueci. Peço que me perdoe.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem na reunião de Líderes, eu tinha levantado para os colegas a tese de que fizéssemos um pacote específico na área de terras, desde que a Comissão convidasse os Deputados para poderem ir balizando projeto a projeto. É bem verdade que esse projeto já está em curso, tem tempo. Mas eu gostaria de resgatar que a gente procurasse fazer de maneira mais organizada para que a gente tivesse a oportunidade de participar dessas reuniões de organização, de emendas etc.

Então, eu peço que sejamos comunicados dos próximos encontros, até porque me parece que houve uma reunião hoje, só que tivemos aqui cinco horas de CPI. Eu não podia sair. Era absolutamente... Se nós não somos informados, as assessorias não são acionadas – elas poderiam ter ido. Então, eu pediria isso para os próximos projetos dessa matéria. São matérias complexas, que têm muita contradição. É bem verdade que, nesse caso, não é nova. Há esses dois ingredientes. Mas peço que, para os próximos assuntos de matérias de terras – como Parque Ezequias Heringer, outras questões que se referem à desafetação de área, o Setor Meireles, de Santa Maria –, tenhamos uma agenda de lideranças com os relatores para podermos participar do processo de fechamento dos projetos mais polêmicos.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, todas as vezes, Deputado Wasny de Roure, que temos reunião da Comissão de Assuntos Fundiários, o Fábio, que é o Secretário da CAF, comunica todos os Parlamentares, suas assessorias para participarem das reuniões. Essa dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

puxadinhos, então, foi a mais discutida e estavam presentes as assessorias. Eu estou falando por parte da minha Comissão, Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Quero levantar uma questão. Quando passarmos para os itens de votação, no projeto referente, faremos os debates necessários.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores, imprensa, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna hoje lamentar esse dia triste para a história do Brasil. O dia em que a democracia brasileira foi violentada. Um golpe começado pelo Deputado Eduardo Cunha, um Deputado completamente envolvido em tudo quanto é corrupção neste País. Começou com ele justamente tentando se proteger da Lava Jato e de outras investigações e termina lamentavelmente hoje, no Senado Federal, com mais ou menos 60, 61 senadores aprovando o *impeachment* da Presidente Dilma.

É lamentável esse golpe, porque quem vai sofrer daqui a alguns meses é o povo brasileiro, os trabalhadores. Todo mundo sabe o que está em jogo por trás disso. Além de eles tentarem se proteger dessas operações, dessas investigações – e aí são vários Deputados e Senadores envolvidos –, há também um interesse de se privatizar empresas públicas, de vender o pré-sal, de vender a Petrobras, de tirar as conquistas de trabalhadores, enfim, de tirar uma série de conquistas sociais em que o Governo Lula e Dilma, por meio das políticas sociais, favoreceram milhares de pessoas neste País, principalmente pessoas pobres.

Eu gostaria muito que as coisas pudessem melhorar neste País, mas vindo de onde veio esse golpe, a tendência é que tudo infelizmente vá piorar. Nós só temos uma chance, o povo brasileiro só tem uma chance. Muitos foram para rua inocentemente vestindo camisas da Seleção Brasileira, da CBF – Confederação Brasileira de Futebol, mas a única chance é a gente, a partir de agora, a partir de hoje, começar um processo de pedir eleições diretas neste País urgentemente. Permitir que o Temer, que está completamente envolvido na Lava-Jato, possa comandar esse País, com essa quantidade de Ministros também envolvidos que ele já nomeou, com essa quantidade de Senadores e de Deputados Federais envolvidos, é deixar o País na mão de bandidos. Tira-se uma mulher honesta da Presidência e coloca-se um homem corrupto para comandar o País, que é esse Temer.

Então, eu quero aproveitar essa tribuna da Câmara Legislativa, aqui, agora, e chamar o povo do Distrito Federal, chamar os Deputados desta Casa, chamar o povo deste País a não permitir esse golpe orquestrado pela grande imprensa deste País – golpe orquestrado por essa quantidade de políticos envolvidos com tudo o que não presta: Cunha e companhia, Aécio Neves, enfim – e impedir que o Temer possa comandar este País.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Eu não poderia de deixar de vir aqui lamentar e dizer que a gente fez de tudo para impedir esse golpe. Agora, é obrigação de todos nós lutar para que essa quadrilha não venha a comandar esse País. É um crime, porque a gente sabe que eles vão mesmo retirar uma série de conquistas dos trabalhadores. Nós não podemos permitir que isso aconteça. Eu não poderia deixar de vir aqui dizer isso hoje.

Também quero dizer que a bancada do PT tem sido extremamente, pensando no Distrito Federal, solícita com o governo. Na aprovação de muitos projetos aqui de interesse da nossa sociedade, a gente, mesmo na Oposição, tem ajudado – e vamos continuar assim, como foi desde o início desse governo. A gente torce para que esse governo dê certo, pois o governo dar certo é bom para a população, que já é tão sofrida com a péssima condição da saúde, com o transporte público, com a segurança, que está um caos.

Contudo, existem duas personagens nesta cidade que estão causando um prejuízo enorme, principalmente para as populações mais carentes desta cidade. Por mais que o governo tente acertar, que o Governador se empenhe, essas duas personagens estão o tempo inteiro atrapalhando o governo e atrapalhando a população. É preciso que urgentemente o Governador Rollemberg tire essa Jane do Ibram e essa Bruna da AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal.

Essas duas mulheres já demonstraram que não têm sensibilidade nenhuma com a população do Distrito Federal, principalmente com a população mais carente. Essa questão da terra, dessas ocupações irregulares que existem aqui, essa quantidade de famílias que estão tendo suas casas derrubadas sem o direito de defesa: tudo isso é uma coisa absurda.

Felizmente, parece que a Justiça acordou e tem – não é, Deputado Lira? – impedido algumas derrubadas. É uma omissão para fiscalizar, é uma omissão para impedir essas derrubadas, é uma brutalidade e uma violência para derrubar essas casas e deixar essas pessoas aí na rua da amargura. Ela é muito lenta para fiscalizar e muito ágil para derrubar.

Já houve aqui centenas de audiências. Já se conversou com todo mundo, e essas duas criaturas, parece que elas não têm sensibilidade nenhuma. O Ibram atuando, multando muitos comerciantes aqui, principalmente num momento desses, numa crise dessas que a gente está vivendo, multando, enfim, prejudicando uma série de pessoas, e a Agefis derrubando tudo quanto é residência, principalmente de pessoas mais humildes. Ela vai ali ao Lago, faz uma gracinha, mas o alvo central são as ocupações irregulares de pessoas humildes que não têm onde morar.

Portanto, ou o Rollemberg tira essas duas criaturas, ou não tem como esse governo dar certo. É uma violência, é uma situação assustadora o que ela faz. A forma como eles trabalham é ameaçando, não notificam, não dialogam, enfim, passam o trator. Então, enquanto houver duas agências de fiscalização com duas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

peças truculentas como essas, não é possível que as coisas deem certo para um governo como esse.

Fica aqui o meu alerta e quero pedir ao Líder do Governo... É o Deputado Delmasso o Líder? Quem é o Líder? É o Deputado Lira? O Deputado Raimundo Ribeiro? Então, fica aqui para o José Flavio levar isso para o Governador. A gente tem todo interesse em continuar ajudando o governo nas coisas que forem boas para Brasília, mas a Jane do Ibram e a Bruna da Agefis não têm a mínima condição de estarem onde estão.

(Assume a Presidência o Deputado Juarezão.)

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi aqui atentamente as palavras do nobre Deputado Ricardo Vale sobre o que aconteceu hoje no País. Isso me faz lembrar algum tempo atrás quando eu me juntei ao PT para pedir o *impeachment* do então Presidente Collor de Melo. Naquela época, queríamos moralizar o País. Aquele processo seguiu os trâmites legais e hoje, depois de muitos anos, pelo que se sabe, o Congresso Nacional juntamente com o STF conduziu esse processo também de maneira democrática. Eu até compreendo as pessoas que foram contra o *impeachment* de Dilma Rousseff, mas não se pode dizer a palavra golpe, porque isso aí, a meu ver, poderá desencadear uma luta de informações desencontradas no País. Eu temo muito pela segurança do País, pela estabilidade do País, já que nós não estamos no parlamentarismo; vivemos numa república falida, que não tem mais o que dar. Mais uma vez, volto a falar que a solução para o País não é convocação de novas eleições, é criar um parlamentarismo monárquico para o Brasil. Chega de república, porque a Presidente Dilma sofreu o *impeachment* justamente porque a república canalizou para que esse processo acontecesse. As nossas instituições, embora sejam realmente sérias... do ponto de vista político, o nosso sistema de governo é falho. Por isso, eu defendo o fim da república. Só isso. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação do Deputado Delmasso e incluo extrapauta, neste momento, o Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, e dá outras providências".

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sou procurador da Deputada Liliane Roriz, nem porta-voz, mas me foi feito um pedido, e eu vou atender porque é um pedido de S.Exa., que está afastada por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

atestado médico. Encaminho à Mesa, para que conste das notas taquigráficas, o Memorando nº 22, de 2016, do Gabinete 16, Documento 0101402016, que diz:

“Brasília, 22 de agosto de 2016.

Do Gabinete 16 para a CMI.

Sr. Coordenador, solicito verificar registros de gravação e deleção, a partir de 17/08/2016 a 22/08/2016 nas pastas \\arquivos\gab16-Dep.lilianeroriz.

Atenciosamente, José Adenauer Aragão Lima, Chefe de Gabinete.”

Encaminho à Mesa o memorando da Deputada Liliane Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, pedir que essa matéria seja apreciada na Ordem do Dia de terça-feira da semana que vem. Por quê? Esse assunto e outros correlatos de desafetação, por iniciativa minha, eu pedi que fizessemos reuniões para nos prepararmos para a votação.

Então, eu não tenho condições de votar. A minha bancada não tem condições de votar essa matéria no dia de hoje. Peço vênia a V.Exa. Transfira essa matéria para a próxima terça-feira, e tenha o compromisso da nossa presença para votação. Eu entendo que precisamos calibrar a matéria do ponto de vista político, com o conselho comunitário, e ver exatamente a posição da SEGETH – Secretaria de Gestão do Território e Habitação.

É verdade que o Deputado da Comissão esteve presente, mas ele mesmo tem o entendimento de que a matéria deve ser apreciada na próxima terça-feira. Peço a compreensão dos colegas Deputados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Na verdade, Sr. Presidente, o projeto está em discussão. Eu conversei com os membros do Bloco Sustentabilidade e Trabalho – desculpe-me, Deputado Prof. Israel, acabei não conversando com V.Exa. Os Deputados Joe Valle e Chico Leite não veem qualquer problema em deixarmos essa votação para a terça-feira que se segue, ainda que eu, particularmente, esteja pronto para votá-lo hoje.

Desde já, faço dois questionamentos. Primeiro, faço um elogio ao trabalho da Deputada Telma Rufino e à secretaria da Comissão de Assuntos Fundiários, que têm feito um trabalho brilhante, democrático, abrindo espaço para todos os interessados participarem do processo de elaboração desse projeto.

Deixo aqui a minha crítica número um. Pergunto: por que não há o mesmo empenho para regulamentar a questão dos puxadinhos em outras regiões administrativas? A Deputada Sandra Faraj levantou essa questão no que se refere, por exemplo, à Praça do DI, em Taguatinga, em reunião específica que tivemos recentemente.

Acho que, daqui para a frente, já que nós temos uma direção – esse projeto de lei certamente será norteador para a regulamentação de outras áreas –, que daqui para a frente se faça isso com mais empenho nas outras regiões administrativas.

A outra crítica que deixo – essa é absolutamente pessoal – é a questão da isenção que o projeto de lei prevê em relação à taxa de ocupação, nos três anos que se seguem à sua aprovação. Ora, nós estamos na área nobre, esse projeto de lei trata de área nobre. É uma ocupação de 21 metros quadrados – não é pouco – e certamente contribuirá para fomentar o comércio local. A taxa que será cobrada, no meu entender, é irrisória: R\$19,00 (dezenove reais) por metro quadrado, para uma área nobre. A gente entende que gera emprego, fomenta a economia, mas é uma galera que nunca pagou nem um centavo, e agora terá a situação regulamentada, terá isenção de 100% no primeiro ano, 70% no segundo e 30% no terceiro ano, se se fizer uma contrapartida, que é construção de calçada.

Fiz um cálculo básico: 7 metros lineares de calçada, que é a contrapartida, não cobrem nem a isenção do primeiro ano. Ou seja, excesso de benesses, no meu entender. Infelizmente, não posso votar a favor do projeto apenas parcialmente – o projeto no todo é muito interessante –, mas se eu pudesse votar vetando um determinado artigo, eu vetaria esse.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero parabenizar os membros da CAF e a Presidente, a Deputada



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Telma Rufino. Eu sou Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, e realmente nós debatemos muito essa questão dos puxadinhos. A Deputada Telma Rufino, que preside a Comissão, fez questão de fazer muitas reuniões com todos os segmentos envolvidos nessa questão dos puxadinhos e, enfim, chegou-se a uma situação muito boa para os empresários, para a sociedade e para o Estado. A proposta aprovada ontem na Comissão, se não resolve tudo como deveria ser, é um grande avanço. Na minha avaliação, o projeto está muito bom para ser aprovado.

Como o projeto foi aprovado ontem na CAF, existem Deputados que ainda não conhecem todo o teor do projeto, o que foi encaminhado. Quero parabenizar o Governo do Distrito Federal porque realmente chegou uma proposta muito boa. Eu já estou preparado para votar, mas, se ainda há Deputado aqui na Casa que não conhece o projeto, eu acho natural deixarmos isso para a terça-feira que vem, embora eu não tenha mais nenhuma dúvida de que o projeto já está prontinho para ser votado e aprovado nesta Casa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo ao Deputado Wasny de Roure, que é professor de todos nós e é consciencioso. Nós estamos aqui desde as 15 horas nos preparando para votar esse projeto.

Eu aceito os argumentos do Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas nós estamos em um quadro de crise, onde há grande insegurança. Os donos de bares e restaurantes, que mantêm emprego, geram emprego e renda, seja do garçom, do cozinheiro, do auxiliar de cozinha, precisam ter certa segurança. A discussão foi feita. Foi feita nas Comissões. O projeto está pronto para ser votado. Nós ficamos a tarde toda desta quarta-feira aqui para votarmos esse projeto, os Deputados estão presentes.

Eu quero fazer um apelo ao nobre Deputado Wasny de Roure: que possamos entrar na Ordem do Dia. Se S.Exa. permitir, pode inclusive se posicionar contrário, se for o caso, mas eu faço um apelo, pelo esforço de ficarmos até agora. Esse projeto está maduro, é importante para a Casa votarmos hoje. Eu faço esse apelo ao Deputado Wasny de Roure, já que os demais colegas estão consensuados de que podem fazer essa votação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os colegas vão se recordar de que no dia de ontem – os colegas Líderes estavam presentes –, eu levantei a tese de que os Líderes se preparassem para as matérias de natureza fundiária. Em momento nenhum foi colocado que havia um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

projeto que estava em curso para vir à votação no plenário. Essa foi uma posição da Mesa. Agora, a própria Mesa vem contraditar pelo constrangimento.

Eu não me julgo preparado, eu prefiro me retirar, mas não votarei esse projeto no dia de hoje. Fica a critério da Mesa. Sugiro, contudo, e acho que é prudente, chamar os Deputados para discutir, principalmente os Líderes. Todos os colegas sabem onde eu estava na manhã de hoje. Então, para preservarmos os diálogos que temos mantido com os conselhos comunitários da Asa Sul e da Asa Norte, com o setor empresarial e com os órgãos públicos da área, eu acredito que mais alguns dias ou menos alguns dias não vão prejudicar esse processo. Eu apenas fiz um apelo, mas eu não sou a maioria, eu sou Líder de uma bancada de três e nem sei se todos os colegas vão me seguir. Então, eu prefiro dizer o que penso e ser respeitado na maneira como eu penso. Só isso.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou na Casa há quatorze anos. Aqui já vi gente ascender e cair. Já vi gente com muito poder deixar de tê-lo. De maneira que nós sempre chegamos a boas produções quando ouvimos os colegas, quando respeitamos as minorias.

Eu queria sugerir a V.Exa. que, se não houver prejuízo, reconhecendo todo o trabalho da Comissão, nós ouçamos o Deputado Wasny de Roure e deixemos para votar na terça-feira. Isso se não houver prejuízo. Quer dizer, foi feito todo esse debate, a Comissão de Constituição e Justiça se reuniu hoje extraordinariamente só para votar por convocação da Presidente, houve um esforço de todos os colegas, mas a minha impressão é a de que nós teremos mais razão quanto mais colegas nós ouvirmos, se ouvirmos todas as Lideranças e tivermos todas as visões. De sorte que estou sensibilizado com as colocações do Deputado Wasny de Roure.

O Deputado Joe Valle, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Prof. Israel e eu conversamos. Para nós, é indiferente. O Deputado Prof. Reginaldo Veras nos representou na comissão específica, conhece o conteúdo, fez todas as colocações que tinha para fazer, mas nós podemos marchar, já que fizemos uma construção até agora, num debate que interessa a todos nós, interessa à comunidade, interessa ao comércio, interessa à população do Distrito Federal. Nós marchamos até agora nessa construção consensual, podemos chegar ao fim.

Eu faço este apelo a V.Exa., aos Líderes, aos Presidentes, à Deputada Sandra Faraj e à Deputada Telma Rufino, que trabalharam pessoalmente nesse processo. Eu faço este apelo: que nós atendamos, que façamos essa votação na terça-feira.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu entendo. Falei com o Deputado Wasny de Roure, que falou sobre escutar os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

conselhos comunitários. S.Exa. tem essa necessidade. Eu acredito que a Deputada Telma Rufino tenha feito essa interface com os conselhos comunitários.

Realmente, hoje, houve um esforço em conjunto das Comissões para que pudessemos acelerar o processo, porque este já vem sendo construído há muitos anos. Eu poderia dizer que, há mais de quarenta anos, Brasília espera pela aprovação dos puxadinhos. As empresas estão levando multas, estão sofrendo, muitas vezes, com as derrubadas, por ações excessivas – eu quero frisar – da Agefis. A gente vem reclamando disso.

Inclusive, o Deputado Prof. Reginaldo Veras fez menção a uma reunião específica onde falamos também que o comércio de Taguatinga tem sido altamente prejudicado, tem sido, muitas vezes, multado. O tempo inteiro, o mesmo estabelecimento vem recebendo muitas multas pelo mesmo motivo, sendo que algumas questões estão dentro da LUOS, outras questões, num projeto como esse do puxadinho, e os estabelecimentos não poderiam estar sendo multados enquanto isso está em discussão.

Então, eu estaria disposta a votar hoje, mas, em respeito ao Deputado Wasny de Roure, estou à disposição da maioria nesse sentido, porque existe essa necessidade. Se fosse para votar hoje, eu estaria pronta para isso.

Queria aproveitar para fazer um apelo aos colegas para votarmos o projeto da Procuradoria, que também está se arrastando desde o semestre passado. Ele está pronto para ser votado. Enquanto nós temos *quorum*, acho que seria de bom tom o colocarmos em votação.

Obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós ouvimos agora um questionamento do Deputado Wasny de Roure. Em respeito à história do Deputado Wasny de Roure, que não teve conhecimento e que tem algumas dúvidas quanto ao projeto, acho que não há prejuízo algum se a votação ocorrer na próxima terça-feira.

Em respeito também ao Deputado Agaciel Maia, eu não vejo nenhum problema, pelo nosso bloco do PMDB e do PR, em colocar esse projeto para ser votado na semana que vem.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu acho que deve ser a quinta vez, Deputado Chico Leite, que nós votamos a Lei do Puxadinho aqui – a quinta ou a sexta vez. Toda vez que a gente votava, na legislatura passada – está o Marcelo aí que é da Mesa, todo mundo se lembra



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

disso –, diziam: “Agora, resolve!” Aí, uns dias depois, votavam de novo a lei e diziam: “Não. Tem que prorrogar, porque não resolveu.” Aí, passava, passava o tempo, prorrogavam, voltava de novo, chamava todo o debate: “Agora, resolve!” Nós encaminhávamos. E até hoje não resolveu.

Eu acho que esse projeto que está tramitando aqui também não vai resolver, porque são questões que dependem muito mais do governo e dos empresários, Deputado Chico Leite, para resolver, porque não vai resolver puxadinho, se não se fizer infraestrutura, ou seja, desviar as redes – rede subterrânea, tanto de água como de luz. É caro e ninguém quer pagar por isso.

Eu conheço profundamente esse assunto. Compreendendo o pedido do Líder da nossa bancada – sei do esforço que o Deputado Ricardo Vale fez lá na Comissão, sei do trabalho da Deputada Telma Rufino –, acho que nós não vamos perder nada até terça-feira. Nós vamos votar na terça-feira, depois vai ser promulgado, Deputado Rafael Prudente; e, daqui a um tempo, vai voltar para prorrogar por mais um tempo, porque não resolve.

Então, vamos esperar até terça-feira. Só temos que sair todos daqui com o compromisso de dar *quorum* e votar na terça-feira.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, a minha solicitação é para questionar se foi acatada a minha solicitação inicial de incluir o PLC nº 70, de 2016, que trata justamente do projeto da Procuradoria. Eu fiz a solicitação no início da sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Ainda não.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conversava há pouco com Deputado Agaciel Maia, que demonstrava uma preocupação muito grande em relação ao *quorum*.

Nós podemos atender ao apelo do Deputado Wasny de Roure; mas, evidentemente, não podemos deixar todos aqueles protagonistas à deriva. Nós não podemos deixar que as pessoas esperem ainda mais tempo – Deputado Chico Vigilante tem razão – por uma solução, de maneira que, me parece, Sr. Presidente, que o atendimento ao apelo do Deputado Wasny de Roure depende também de o nosso Colégio de Líderes garantir o *quorum* na terça-feira para votar o projeto efetivamente.

Até terça-feira, será possível ouvir as lideranças a que aludiu o Deputado Wasny de Roure. Eu acho muito importante isso – Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Prof. Israel e Deputado Joe Valle, do nosso bloco, já tinham aludido a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

essas mesmas lideranças e à importância de ouvir os conselhos comunitários – e, além disso, o estabelecimento de uma pauta, porque há outros projetos como esse a que se referiu a Deputada Sandra Faraj, dos procuradores, que estão aqui desde o final de junho e podem constar da mesma pauta.

É a sugestão, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Como não há acordo, passamos ao próximo item da ordem do dia.

Item nº 151:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.912, de 2014, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Deficiente Visual e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item nº 153:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 222, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia Distrital de Enfrentamento à Psicofobia, a ser comemorado no dia 12 de abril”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item nº 154:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 21, de 2015, de autoria do Deputado Julio César, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da execução do Hino do Distrito Federal nas atividades que menciona e dá outras providências”.

Tramitação concluída.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Item nº 158:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 163, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “dispõe sobre a disponibilização nas livrarias do Distrito Federal de espaço reservado e em destaque para as publicações editadas no âmbito do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Item nº 159:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 296, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “torna obrigatória a afixação de cartaz nos locais que menciona informando o direito assegurado à criança e ao adolescente de ter acompanhante em caso de internação”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Item nº 160:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 381, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a afixação de cartaz em revendedoras e concessionárias de veículos informando sobre isenções específicas e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Item nº 161:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 68, de 2015, de autoria do Deputado Julio César, que "altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela Administração Direta Autárquica e Fundacional do Distrito Federal".

Tramitação concluída. Aprovados os pareceres favoráveis da CAS, CEOF e CCJ na forma da emenda do Relator. A CAS e a CEOF deverão se manifestar sobre a emenda do Relator da CCJ.

Solicito ao Relator da CAS, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a emenda da CCJ.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir que fosse incluído na pauta o PLC nº 70, que já foi pedido anteriormente pelo Deputado Delmasso. V.Exa. ficou de verificar a possibilidade de incluí-lo, aproveitando o *quorum* que há hoje. A Deputada Sandra Faraj também tinha solicitado isso. A Procuradora Dra. Paola está na Casa. Muito obrigado pela presença. Então, eu gostaria de saber se há possibilidade de votarmos hoje esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vou consultar os Líderes e dar prosseguimento.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 68, de 2015, de autoria do Deputado Julio César, que "altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela Administração Direta Autárquica e Fundacional do Distrito Federal".

Sr. Presidente, profiro parecer favorável às emendas no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Relator da CEOF, Deputado Rafael Prudente, que profira o parecer sobre a emenda da CCJ. (Pausa.)

Designo a Deputada Sandra Faraj para proferir o parecer.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, “Dê-se à emenda do Projeto de Lei nº 68/2015 a seguinte redação: ‘Inclui o art. 52-A na Lei nº 4.449, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta autárquica e fundacional do Distrito Federal’”. O parecer é sobre a Emenda Modificativa nº 1, da CCJ. Somos pela admissibilidade da emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Deputado Rafael Prudente que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade. O parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da CEOF às emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão em primeiro turno o Projeto de Lei nº 68, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 164:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 616, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “altera a Lei nº 2.996, de 3 de julho de 2002, que assegura o livre acesso do portador de deficiência visual acompanhado de cão-guia a locais públicos e privados e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue tramitação regimental.

Item nº 167:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.537, de 2013, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Festival de Música Estudantil”.

Tramitação concluída.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Item nº 172:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “inclui dispositivo na Lei n.º 5.323, de 17 de março de 2014, que dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Distrito Federal e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 173:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 297, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “dispõe sobre medidas de segurança a serem implantadas nas edificações públicas e privadas que mantiverem escadas e esteiras rolantes, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue tramitação regimental.

Item nº 179:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.662, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “obriga os estabelecimentos públicos e particulares de saúde do Distrito Federal a manterem disponíveis para consulta pública exemplares do Código de Ética Médica e do Código de Processo Ético-Profissional”.

Tramitação concluída.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 181:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.667, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “institui a Semana de Conscientização e Combate à Automedicação no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero indagar à Mesa se se vai votar ou não o projeto da Procuradoria. Disseram que seria o próximo a ser votado. Se não formos votá-lo, eu vou embora.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vamos colocá-lo em votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Estou sugerindo que se coloque agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item nº 182:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 667, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia do *Undokay*”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o quadro em extinção de que trata o § 6º do art. 2º da Emenda 61 à Lei Orgânica do Distrito Federal, de 30 de novembro de 2012, e revoga o § 2º do art. 15 e o § 1º do art. 23 da Lei Complementar 681, de 16 de janeiro de 2003”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou sendo informado aqui – V.Exa. precisa consultar a sua assessoria –, de que, para votarmos esse projeto agora, temos que encerrar esta sessão e convocar extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não é preciso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Se não há problema, votemos. Eu estou só alertando.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda Modificativa nº 1, de 2016, ao Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o quadro em extinção de que trata o § 6º do art. 2º da Emenda 61 à Lei Orgânica do Distrito Federal, de 30 de novembro de 2012, e revoga o § 2º do art. 15 e o § 1º do art. 23 da Lei Complementar 681, de 16 de janeiro de 2003”.

Sr. Presidente, eu profiro parecer favorável à Emenda Modificativa nº 1, de 2016, vinda da CCJ, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

É o parecer, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Antes da discussão, Sr. Presidente, existe uma resolução nesta Casa que diz que toda emenda sob parecer do Relator tem que ser lida para que nós tenhamos conhecimento do seu teor. Eu pediria a gentileza de que o Sr. Relator lesse a emenda para sabermos o que nós estamos votando.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Relator que proceda à leitura da emenda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, trata-se do seguinte:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da CAS.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto, essa ideia não é nova no Distrito Federal.

Eu queria ver se o meu raciocínio é correto. Aqui, talvez o Deputado Chico Leite possa me ajudar, e o Deputado Raimundo Ribeiro também.

Neste momento, tramita na Casa uma proposta de acomodação dos procuradores autárquicos nos quadros da Procuradoria, ou seja, há uma aquiescência de transposição para os quadros da Procuradoria, entrando em carreira em extinção. Estou correto no meu raciocínio?

(Manifestações fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – A vacância desses quadros permanecerá nos quadros da Secretaria em quadros efetivos para os futuros concursos. Como também, esses que se incorporaram à carreira em extinção, vindo da autarquia fundacional, terão direito às promoções inerentes à carreira já existente. É isso?

(Manifestações fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Há algum dado adicional no meu raciocínio que eu não acompanhei? (Pausa.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão o parecer.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o quadro em extinção de que trata o § 6º do art. 2º da Emenda 61 à Lei Orgânica do Distrito Federal, de 30 de novembro de 2012, e revoga o § 2º do art. 15 e o § 1º do art. 23 da Lei Complementar 681, de 16 de janeiro de 2003”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Pelas palavras da Procuradora, não há impacto orçamentário nessa matéria. Entendendo não haver impacto orçamentário nessa matéria; como uma mera aquiescência da Comissão, o meu voto é favorável.

Apenas por dever de ofício, indago se preciso ler novamente aquilo que foi lido pelo Deputado Prof. Israel. Sr. Presidente, preciso do deferimento de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Wasny de Roure, não precisa ler.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Muito obrigado.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nosso parecer é favorável à referida emenda apresentada e aprovada na Comissão de Constituição e Justiça por iniciativa da Deputada Sandra Faraj.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2016, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2016	15h05min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convoco as Senhoras e Senhores Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 70, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o quadro em extinção de que trata o § 6º do art. 2º da Emenda 61 à Lei Orgânica do Distrito Federal, de 30 de novembro de 2012, e revoga o § 2º do art. 15 e o § 1º do art. 23 da Lei Complementar 681, de 16 de janeiro de 2003”.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h11min.)